

TEXTOS PARA DISCUSSÃO 1

Tempo é dinheiro: recursos partidários em eleições para a Câmara Federal

Bruno Marques Schaefer



Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação
Política e Opinião Pública

Tempo é dinheiro: recursos partidários em eleições para a Câmara Federal

Bruno Marques Schaefer

Professor de Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: brunoschaefer@iesp.uerj.br
<https://orcid.org/0000-0002-5127-7240>

Introdução

O diagnóstico no Brasil de que os “partidos não importam” por muito tempo na academia, imprensa e opinião pública em geral foi hegemônico. Esse tipo de diagnóstico se ancora, de maneira implícita ou explícita, na visualização de um tipo ideal de partido político, retirado da experiência europeia e de sua democracia de “partidos” (MANIN, 1995).

Experiência entendida aqui enquanto o período em que partidos da Europa, principalmente ocidental, se organizaram desde as bases (massas), possuíam clivagens ideológicas definidas, eleitores fiéis e produziam políticas claramente delimitadas. Esta “era de ouro” dos partidos, identificada no clássico de Maurice Duverger [1951] (1959), já é questionada para o próprio caso europeu (JANDA & COLMAN, 1998), e quando serve de modelo que viaja a outros contextos torna limitado o olhar sobre outras possibilidades de organização partidária, bem como as mudanças destas agremiações ao longo do tempo.

Encaixar partidos nesta ou naquela tipologia é um exercício que pode ser intelectualmente interessante, mas não auxilia no avanço da explicação sobre como partidos se comportam em diferentes arenas, e quais categorias analíticas podem ser utilizadas para que esses sejam entendidos. No caso brasileiro, aonde “partidos não importam”, já há vasta literatura que demonstra a importância destas organizações para a organização do Legislativo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999); recrutamento político (GUARNIERI, 2011); mobilização de eleitores e filiados (RIBEIRO & AMARAL, 2019); entre outros temas. Neste breve texto foco em um aspecto específico: a mediação que os partidos fazem de recursos importantes para as eleições, tempo e dinheiro.

O texto está organizado como segue: na próxima seção trato de descrever como os partidos se apresentam como *gate-keepers* nas democracias contemporâneas; na seção posterior, apresento dados referentes a distribuição do tempo de televisão e recursos financeiros no caso brasileiro; e, por fim, teço as considerações finais.

Partidos como *gate-keepers*

Os partidos, na maior parte das democracias, são espécies de *gate-keepers* da entrada no campo político. Controlam o acesso a recursos, como dinheiro, tempo de exposição na mídia, em alguns casos também identidades coletivas (no sentido simbólico) e posições na lista (em casos de lista fechada), que são extremamente importantes para as chances eleitorais de candidatas e candidatos. O nível deste controle pode afetar as estratégias das campanhas. Trabalhos como o de Cross et al (2020) e Bøggild & Pedersen (2018) destacam que quanto menor a dependência de recursos financeiros dos partidos, maiores são os níveis de personalização das campanhas eleitorais. Ou seja, quando os partidos não detêm controle sobre os recursos destinados aos candidatos, mais estes últimos buscarão parecer “independentes” da organização.

No caso brasileiro, os partidos detinham, no momento da campanha eleitoral, como principal recurso em relação aos candidatos, o tempo de exposição na mídia através do HGPE (Horário Gratuito Político-Eleitoral). A legenda ao nível da disputa (país, estado ou município) que determinaria quanto tempo cada um dos candidatos teria. No caso das candidaturas proporcionais este recurso é importante, dado que muitos candidatos se apresentam nas disputas para deputado federal, estadual/distrital e vereador pela primeira vez.

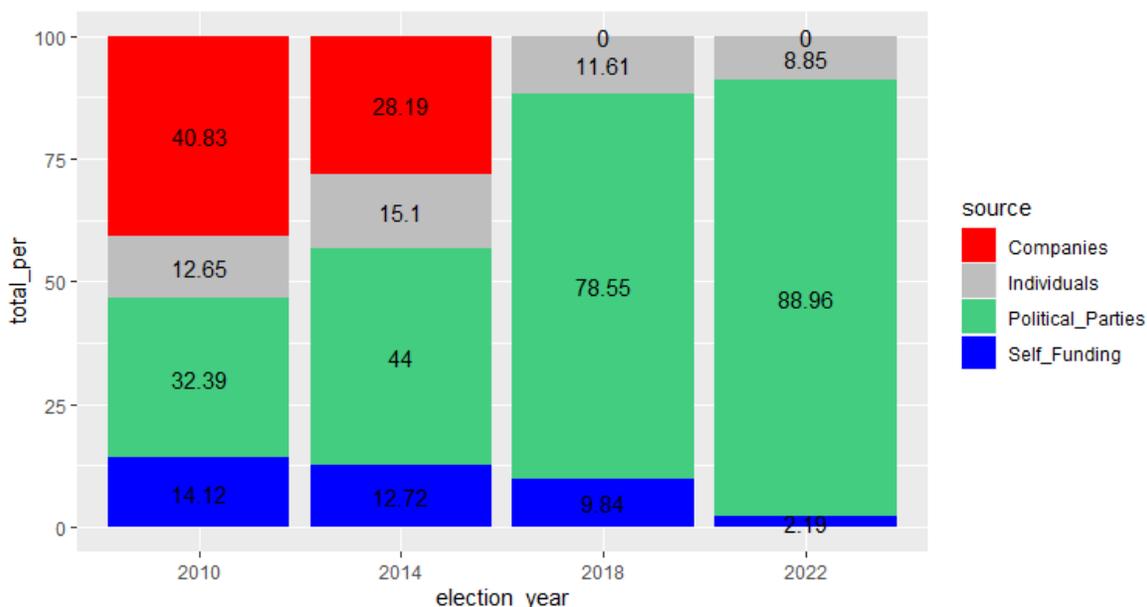
Apesar de certo questionamento sobre a relevância do HGPE nas eleições recentes, dado o advento da internet e a vitória de um candidato na eleição presidencial, em 2018, com apenas 6 segundos de tempo de televisão, diversas pesquisas apontam que este julgamento deve ser matizado. O HGPE importa para o conhecimento dos candidatos pelo eleitor (BORBA & DUTI-ROSS, 2020); para o desempenho eleitoral (SPECK & CERVI, 2016); bem

como é importante em si para a análise das estratégias de partidos e candidatos (CERVI, 2011).

Além do HGPE, porém, os partidos passaram a controlar mais recursos financeiros também no caso brasileiro, desde ao menos 2014. Na figura 1, é possível perceber que, nas eleições gerais, os recursos mediados pelos partidos políticos eram 32% do total em 2010, passam a 44% em 2014, 78% em 2018 (primeira eleição geral após a proibição das doações empresariais), e quase 90% em 2022. Esta tendência demonstra que, após a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 2015 que torna inconstitucionais as doações de empresas, os partidos passam a ser os grandes mediadores do dinheiro para as candidatas e candidatos. Estes recursos são, quase que exclusivamente, públicos, oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC).

No entanto, outro dado interessante é que mesmo antes desta decisão, os partidos se tornam mais relevantes no financiamento eleitoral, porque as empresas passam a doar não diretamente aos candidatos, mas para os partidos que, então, repassam os valores aos candidatos (MANCUSO et al, 2018). Uma estratégia de doação indireta que visava, por um lado, “ocultar” doações, e, por outro, negociações no “atacado” (lideranças partidárias) e não no “varejo” (candidatos individualmente). Logo, em 2014, os recursos partidários eram privados, destinados por empresas; enquanto que em 2018 e 2022 são, sobretudo, públicos.

Figura 1: estrutura de financiamento em eleições gerais



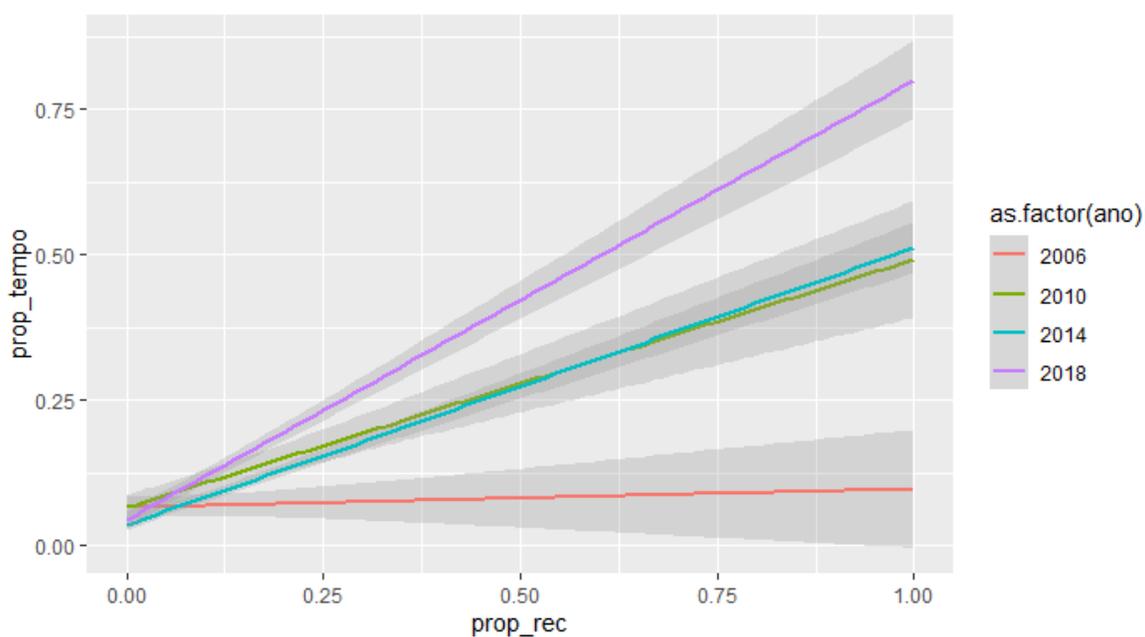
O que estes dados demonstram é que, ao longo do tempo, os partidos tornam-se mais importantes na distribuição de recursos para campanhas.

Tempo e Dinheiro

Utilizando o banco de dados do [DOXA](#) (Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública) sobre os usos do HGPE entre candidatos a deputado federal, temos uma ideia melhor da conexão entre recursos financeiros e do HGPE entre os partidos (FIGUEIREDO et al, 2023). O banco do DOXA cobre as eleições para deputado federal entre 1998 e 2018 para o Rio de Janeiro, em um esforço de observar as estratégias de comunicação dos candidatos, as pautas envolvidas, bem como suas características gerais (demográficas e políticas). Associao apenas o tempo em segundos que cada candidato apareceu no HGPE com os recursos que o mesmo recebeu da legenda. As duas variáveis foram transformadas em proporções. Por exemplo, em 1998, o então PPB (Partido Progressista brasileiro, atual Progressistas) teve 1751 segundos de HGPE, sendo que o candidato Teixeira Neto utilizou 12 segundos. Proporção igual a 0,006 do HGPE. O mesmo raciocínio é aplicado às doações financeiras diretas. Analiso as eleições de 2006, 2010, 2014 e 2018.

Na figura 2, exponho os resultados da correlação de Pearson ao nível do candidato entre a proporção do HGPE e a proporção de recursos destinados pelo partido. As linhas representam cada um dos pleitos. O que fica visível é que a medida do tempo, e com maior centralidade dos partidos como mediadores dos recursos, há correlação mais forte entre tempo e dinheiro. Se em 2006 o valor do coeficiente era de 0,044 (p-valor = 0,55); em 2018 passa para 0,780 (p-valor = 0,0001). Ou seja, a relação se torna mais forte e significativa estatisticamente.

Figura 2: correlação entre tempo e dinheiro (eleições)

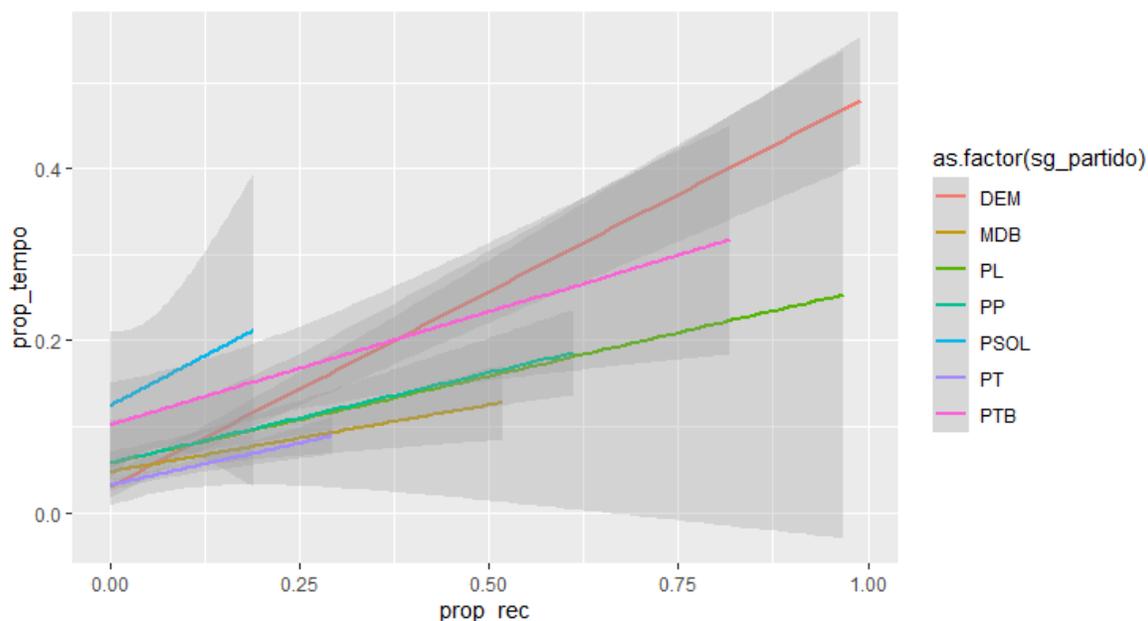


O que esse dado demonstra é que há um processo de convergência entre tempo e dinheiro. Se em 2006, candidatos detinham mais tempo no HGPE e poucos recursos financeiros dos partidos (ou vice-versa), essa relação muda ao longo do tempo. Uma hipótese plausível é que à medida do tempo o montante de recursos financeiros destinados por partidos aos candidatos/candidatas (Figura 1), cresceu e, com isso, a estratégia de distribuição do HGPE se “encontra” com a distribuição de recursos financeiros.

Na figura 3, analiso esta correlação considerando os principais partidos que competiram nas últimas eleições do Rio de Janeiro. Há um padrão geral de relacionamento entre tempo

e dinheiro. A maior correlação se dá no caso de partidos de direita: DEM (0,86); PP (0,55) e PTB (0,49).

Figura 3: correlação entre tempo e dinheiro (partidos)



Considerações Finais

Este breve texto de discussão teve por objetivo demonstrar como os partidos têm mediado recursos importantes para as eleições no Brasil. A centralidade desta mediação aumentou ao longo do tempo, principalmente no caso de recursos financeiros.

Utilizando dados inéditos do DOXA sobre o HGPE nas eleições para a Câmara Federal no Rio de Janeiro, e informações disponíveis no TSE, pode-se perceber que os partidos são *gatekeepers* no acesso à ativos importantes para a disputa eleitoral. A partir destes achados iniciais, espero fomentar o debate sobre a consequência deste processo: seja em termos de sucesso das estratégias (a concentração de tempo e dinheiro em candidatos específicos logra êxito em termos de desempenho eleitoral); como também questões de representação (quem são os/as candidatos/as beneficiados por esse tipo de alocação).

Referências Bibliográficas:

- BØGGILD, Troels; PEDERSEN, Helene Helboe. Campaigning on behalf of the party? Party constraints on candidate campaign personalisation. **European Journal of Political Research**, v. 57, n. 4, p. 883-899, 2018.
- BORBA, Felipe; DUTT-ROSS, Steven. Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e a formação da opinião pública na eleição presidencial de 2018. **Opinião Pública**, v. 27, p. 851-877, 2022.
- CERVI, Emerson Urizzi. O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. **Opinião Pública**, v. 17, p. 106-136, 2011.
- CROSS, William P.; CURRIE-WOOD, Rob; PRUYERS, Scott. Money talks: Decentralized personalism and the sources of campaign funding. **Political Geography**, v. 82, p. 102242, 2020.
- DUVERGER, Maurice. **Political parties: Their organization and activity in the modern state**. Methuen & Co. Ltd., 1959.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONG, Fernando de Magalhaes Papaterra. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Editora fgv, 1999.
- FIGUEIREDO, A. C.; SCHAEFER, B. M.; MEIRELES, F.; DE FREITAS, C. M. Nota técnica: Banco de Dados Propaganda eleitoral (HGPE) dos candidatos a deputado federal do Estado do Rio de Janeiro – 1998-2018. Disponível em: <osf.io/u9jne>.
- GUARNIERI, Fernando. A força dos partidos "fracos". **Dados**, v. 54, p. 235-258, 2011.
- JANDA, Kenneth; COLMAN, Tyler. Effects of party organization on performance during the 'golden age' of parties. **Political studies**, v. 46, n. 3, p. 611-632, 1998.
- KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.
- RIBEIRO, Pedro Floriano et al. Party members and high-intensity participation: evidence from Brazil. **Revista de Ciencia Política**, v. 39, n. 3, p. 489-515, 2019.
- SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. **Dados**, v. 59, p. 53-90, 2016.